

**SUJEITO, ATOR OU AGENTE: UM ESTUDO TEÓRICO DA NATUREZA HUMANA
NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**

Flávia Mayara Segate

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Mestranda em Administração
flaviasegate@gmail.com

Jéssica Silva de Carvalho

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Mestranda em Administração
jessica.jsc91@gmail.com

Weber Henrique Radael

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Mestrando em Administração
wradael@hotmail.com

Mayra Carlos Silva

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Mestranda em Administração
mcs.mayra@outlook.com

RESUMO

Os estudos organizacionais é um importante campo da Administração, com uma reponsabilidade de desenvolver essa área quanto ao pensamento teórico de uma visão das organizações como organizações humanas. Nesse campo, os fenômenos organizacionais são estudados a partir de diferentes abordagens teóricas e paradigmas. Dentre as diferenças dessas abordagens está o aspecto quanto a natureza humana, ou seja, como os indivíduos são considerados nessas discussões teóricas. Nesse aspecto, as abordagens tratam dos indivíduos de maneiras diferentes, o que influencia se serão determinados por uma estrutura (sujeitos ou atores) ou se exercerão seu próprio poder de agência em seus atos. Portanto, esse trabalho propõe um debate teórico das principais teorias presentes na área dos estudos organizacionais, compreendendo como o indivíduo é considerado nessas teorias.

Palavras-chave: Estudos Organizacionais; Abordagens Teóricas; Sujeito; Indivíduo.

1 INTRODUÇÃO

Os Estudos Organizacionais constituem uma área da Administração, responsável pela “pesquisa sobre organizações, suas características culturais, econômicas, políticas e sociais e seus efeitos sobre os indivíduos e grupos que as compõem ou com que interagem” (THIOLLENT, 2014, p. 2). No Brasil, o surgimento dessa área ocorreu em conjunto com a implantação e reconhecimento do curso de Administração, como atividade profissional e preocupação acadêmica, na década de 50 devido as demandas e influências de países anglo-saxão (BERTERO; KEINERT, 1994). Essas influências renderam alguns conflitos e algumas dificuldades para a teorização dos estudos organizacionais, como são tratados em muitos estudos (RODRIGUES, 1997; FACHIN; RODRIGUES, 1998; BERTERO; CALDAS; WOOD JR., 1999; RODRIGUES; CARRIERI, 2001). Porém, o propósito não é de retomar tal discussão, mas ponderar que houve uma influência em como as teorias foram dando corpo a essa área.

Considerando como Bourdieu entende por campo científico, Reed (1998) ressalva que os estudos organizacionais é um campo de luta, no qual as diferentes abordagens teóricas que o compõe disputam por reconhecimento e espaços dominantes. Neste contexto, cria-se um campo intelectual de conflitos ideológicos e políticos, além de controvérsias teóricas que se configuram em debates entre as linhas de pensamentos (BURRELL; MORGAN, 1979). Cada abordagem teórica possui seu posicionamento ontológico e epistemológico, definindo a maneira que reconhecem e acessam, o mundo e os fenômenos sociais. Burrell e Morgan (1979) apresentam duas formas opostas de reconhecer e estudar estes fenômenos, a abordagem subjetiva versus objetiva que se separam em 4 paradigmas mutuamente excludentes, sendo Humanismo Radical e Interpretativismo, pela abordagem subjetiva; Estruturalismo Radical e Funcionalismo, pela abordagem objetiva. Quanto a natureza humana, os dois primeiros paradigmas a considera como voluntarista, enquanto que os dois últimos a considera determinista (BURRELL; MORGAN, 1979).

Entende-se que os conceitos e modelos propostos por Burrell e Morgan (1979), para estudar as lentes teóricas, já foram alvos de críticas. Para Paes de Paula (2016) o modelo de pressupostos proposto por Burrell e Morgan (1979) não apresenta um consenso ou resolução adequada para os dilemas e debates dentro dos estudos organizacionais, e por isso propõe considerar um modelo de Circulo das Matrizes Epistêmicas para orientar os estudos organizacionais. Sendo que o círculo dá a ideia de continuidade e conversações entre as

abordagens teóricas a partir das incompletudes cognitivas dos paradigmas, pois cada paradigma por si só não consegue entender todos os aspectos de um fenômeno social, podendo ser utilizado uma maneira multiparadigmática nos estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2016).

Um dos pontos relevantes no modelo de paradigmas de Burrell e Morgan (1979) está no aspecto natureza humana, em que diferencia entre abordagens teóricas voluntaristas e deterministas, sendo que estas consideram o indivíduo como expectador da realidade e aquelas já evidenciam um indivíduo mais emancipado, como é o caso das teorias crítica e pós modernistas (FARIA, 2009). O determinismo, presente nas teorias consideradas por muito tempo a corrente principal dos estudos organizacionais, coloca os indivíduos como expectadores de uma sociedade organizada que privilegia uma classe dominante, retirando do indivíduo a capacidade de reflexão sobre as circunstâncias no qual ele se encontra, eximindo sua capacidade de mudança, restando apenas aceitação da realidade como é dada (FARIA, 2009; ANTONACOPOULOU, 1999; ALVESSON; DEETZ, 1998). Ou seja, essa característica define como o indivíduo será considerado nas abordagens, sendo que o voluntarista considera a possibilidade de mudanças a partir da agência deste indivíduo sem um alto grau de alienação, logo um agente social; e o determinismo teria a presença de estruturas tornando esse indivíduo, ou sujeito ou ator social.

Percebe-se um movimento para romper com esse determinismo, a partir das abordagens teóricas mais recentes, notando que o indivíduo, antes submetido a um controle social e tratado apenas como um sujeito ou ator diante do poder exercido por uma classe dominante, agora começa a ganhar importância e espaços para que sua voz seja reconhecida (FARIA, 2009; ANTONACOPOULOU, 1999; ALVESSON; DEETZ, 1998). Nesse sentido, esse trabalho propõe um debate teórico das principais teorias presentes na área dos estudos organizacionais, compreendendo como o indivíduo é considerado nessas teorias. Salienta-se que essa proposta não tem a pretensão de reduzir as contribuições que cada teoria tem para o campo, mas sim de compreender como se configura o ser humano nessas teorias – sujeito, ator ou agente.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta os conceitos encontrados na bibliografia sobre o indivíduo, isto é, se o mesmo é considerado sujeito, ator ou agente nas teorias dos estudos organizacionais de administração.

2.1 PRECURSORES TEÓRICOS DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A administração é um campo construído a partir de outras ciências, esse tipo de construção, sob algumas óticas, tornou o campo por vezes fragmentado, porém, isso também permitiu uma articulação de diversos conhecimentos (DE MATTOS, 2015). A área dos estudos organizacionais se constrói com o apoio do vasto campo das ciências humanas possibilitando um olhar diferenciado sobre a Administração, observando-a como uma experiência de aprendizagem e entendendo-a como fenômeno social (CAVALCANTE, 2007). Sendo os estudos organizacionais, uma importante área para o debate teórico da Administração, buscase compreender como Durkheim, Weber e Guerreiro Ramos ajudaram na construção dessa área e como consideravam os indivíduos.

Inicia-se com os estudos do sociólogo Durkheim (1978), o qual empenhou-se em desenvolver um método científico adequado e específico aos estudos dos fenômenos sociais, defendendo a posição da sociologia como ciência (CASTRO; DIAS, 1985). Durkheim define o fato social como o objeto de estudo específico à sociologia, entendendo por fato tudo aquilo que é dado e incontestável, ou seja, são como coisas, entidades reais, passíveis de constatação empírica e não redutíveis a qualquer outra ordem de fatos, seja ela psicológica ou física (DURKHEIM, 1978). Assim definido, os fatos sociais para ele, consistem em maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coação sobre este mesmo indivíduo.

Uma das características relevantes nos estudos sobre fatos sociais de Durkheim, é tratá-los como fenômenos coletivos e, assim, brotam da vida em comum, isolando totalmente a construção do fato social no nível do indivíduo (SERVA, 2001). Considerando o ser social – aquele que convive no coletivo, pois para Durkheim o ser individual é dotado de emoções e isso não é preocupação da sociologia –, Durkheim analisa a complexidade inerente à essa vida coletiva e aponta que a solidariedade é uma forma de organizar essa vida social, a sociedade. Assim, explica que em sociedades mais tradicionais a organização se dava a partir de sistemas homogêneos, como os clãs; entretanto, com a complexidade das sociedades industriais, a organização é possível a partir de uma solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica é advinda da interdependência das partes, em que Durkheim fundamentava o sistema de divisão do trabalho social e diferenciação funcional, atribuindo à “consciência coletiva um sistema compartilhado de valores, normas e crenças” (CABRAL, 2004).

Percebe-se que essa organização da sociedade, evidencia a existência de uma estrutura determinista das ações de cada indivíduo, dando a este uma função única e necessária dentro de uma vida apenas coletiva. Para Durkheim (1978) o ser social é mais complexo que o ser individual, e, portanto, o objetivo da sociologia seria estudar o ser social em sua coletividade. Assim, o indivíduo perde sua particularidade, assumindo uma função guiada por leis gerais de funcionamento que fazem parte da solidariedade orgânica, tornando-se um sujeito frente aos fatos sociais (DURKHEIM, 1978). É válido ressaltar que as preocupações de Durkheim estavam em “ordenar a sociedade, consenso, a integração e coesão social, e a solidariedade, caracterizando-o como um legítimo sociólogo da ordem e da regulação” (CABRAL, 2004, p. 6).

Enquanto Durkheim estuda a vida social a partir dos fatos sociais, Weber (1978) utiliza como objeto de estudo a ação social. Nesse sentido, tem como premissas as motivações que orientam os indivíduos em suas decisões, desenvolvendo seu pensamento a partir de uma sociologia compreensiva (COLLIOT-THÉLÈNE, 2016). Em síntese, Weber (1989) estuda a ascensão do capitalismo na sociedade a partir de algumas perspectivas sociais e econômicas, que possibilitaram ao sujeito uma racionalização e consciência sobre o mundo. Como é o caso do livro *A ética protestante e o espírito capitalista*, no qual, Weber (1989), discorre sobre uma interpretação cultural para o fenômeno do capitalismo, identificando a contribuição da ascensão protestante, principalmente aquele presente no Calvinismo, na apreciação de um espírito capitalista nos indivíduos.

Weber incorpora à ação social a racionalização dos indivíduos, considerando que a modernidade (revolução industrial) deriva da diferenciação da economia capitalista, do Estado e de “uma reordenação racional da cultura e da sociedade” (THIRY-CHERQUES, 2009). Assim, a racionalidade se torna um ponto importante dos estudos deste sociólogo, o qual aponta quatro tipos: racionalidade prática, racionalidade teórica, racionalidade substantiva e racionalidade formal (WEBER, 1978). Para Swedberg (1998), pode-se sumariamente definir como racionalidade formal instrumental e racionalidade substantiva, em que Weber também propõe a existência de diferentes níveis dessas racionalidades que orientam uma ação. Ou seja, para este sociólogo sempre existirá uma motivação por detrás da ação do indivíduo, ocorrendo de maneira mais ou menos racionalizada.

A racionalidade formal instrumental funciona como um tipo ideal, para Weber, e as demais representam um desvio em relação a esse tipo ideal. Por tipo-ideal, Weber (1978) entende como uma construção, no campo das ideias, daquilo que deveria ser, definindo aspectos

necessários para sua existência no campo concreto; a fim de realizar análises comparativas, a partir de um tipo-ideal (HALL, 1978). De acordo com os seus estudos sobre a racionalidade formal instrumental, Weber a compreende como aquela em que a ação envolve cálculos utilitários, ao passo que quanto mais preciso for o cálculo mais formalmente racional o sujeito será (SWEDBERG, 1998). Ou seja, esse sujeito irá realizar análises das possíveis consequências da ação em relação aos meios e fins desejados.

A racionalidade substantiva compreende as ações racionais quanto aos valores e crenças, sejam elas de natureza política, ética, filosófica ou semelhante (SWEDBERG, 1998). São as motivações que não envolvem o cálculo utilitário das ações, mas envolvem apenas emoções, ocorrendo no nível individual. Assim, “as referências para a ação humana são tomadas em valores, independentemente dos resultados a serem obtidos” (LEAL, 2002, p. 80). Ressalva-se então, que Weber considera como racional não somente as ações que realizam cálculos utilitários, mas também àquelas relacionadas aos valores. E alguns autores reconhecem que as compreensões e interpretações, realizadas por Weber, proporcionam o desenvolvimento de uma linha crítica de estudos sobre a racionalidade (SERVA et. al, 2015).

Contudo, Weber estuda as orientações da ação do sujeito a partir da racionalidade formal instrumental, observando-a como um tipo ideal (SELL, 2002). Por esse ponto, observa-se a busca pela estabilidade entre estruturas, sejam elas empresarial, estado, exército ou religiosa, e ação do sujeito, havendo uma necessidade de um aparato social de autoridade efetiva (WEBER, 1978). Assim, Weber compreende a burocracia como um tipo ideal de autoridade efetiva, como tipo de poder e dominação que sujeita o indivíduo à uma força coercitiva, por meio da racionalização do mundo, a fim de manter a estabilidade social (WEBER, 1978, 1989). Ao comparar Weber e Durkheim, há uma diferença acerca dos preceitos propostos, à medida que o último julga a generalidade de um fato social sendo um consenso da vontade coletiva, o primeiro individualiza o sujeito no coletivo por meio da sociologia compreensiva e interpretativa (CASTRO, 1985). Ou seja, são perspectivas diferentes de analisar os fenômenos sociais, porém, ao ser humano ainda é atribuído a função de contemplação e racionalização dos fatos, um sujeito à estrutura.

Um terceiro sociólogo de grande importância para os estudos organizacionais é Guerreiro Ramos, utiliza alguns aspectos do fato social exposto por Durkheim para conceituar o fato social administrativo, preocupando-se em desenvolver um estudo que contemplasse a organização em sua totalidade, contexto interno e externo, bem como a totalidade dos indivíduos pertencentes a ela (GUERREIRO RAMOS, 1983). Este autor utiliza a categoria de

ação social de Weber para explicar a ação administrativa que também se limita e se orienta aos fins relativos. Em sua obra *Administração e Contexto Brasileiro*, Guerreiro Ramos (1983) aproxima-se dos pensamentos dos sociólogos apresentados, ao tratar da coletividade nas organizações e considerar que o aspecto funcional continua a ser pertinente na prática administrativa, mas os aspectos que tencionam tais conceitos é o de que os fatos administrativos são dinâmicos e dependem do desempenho consciente dos agentes.

O método desenvolvido por Guerreiro Ramos é a redução sociológica, o qual se fundamenta nos seguintes aspectos: “a nacionalização da teoria organizacional, a centralidade do indivíduo frente às organizações, a racionalidade orientada pelos valores e a sociologia voltada para a ação” (PAES DE PAULA, 2007). Ou seja, o método proposto, propõe uma análise mais acurada das práticas organizacionais brasileiras a partir de uma sociologia administrativa que contemple as peculiaridades do fenômeno administrativo num contexto histórico social nacional. Para Serva (2017), os estudos de Guerreiro Ramos, representa um movimento muito importante para a área de estudos organizacionais, pois faz críticas à teoria administrativa funcionalista, embasada apenas em uma racionalidade instrumental, e propõe uma abordagem substantiva das organizações, embasada na racionalidade substantiva.

Nesse sentido, Guerreiro Ramos inclui que o indivíduo é dotado de tipos de racionalidades e vive em vários espaços existenciais, sendo a organização apenas um desses espaços. Logo, considerando a totalidade do agente administrativo, Guerreiro Ramos (1984) define um modelo de homem parentético o qual não mais se “ajusta” facilmente à estrutura de valores da empresa, mas aquele que reflete sobre suas ações. Assim, para Guerreiro Ramos, “é a decisão funcionalmente racional que possibilita a estabilidade da organização e seu funcionamento minimamente ordenado, segundo as expectativas” (RAMOS, 1983, p. 12). Ou seja, o indivíduo é dotado de reflexividade e criticidade. Enquanto Paes de Paula (2007) considera Guerreiro Ramos como um autor com visão crítica radical, Faria (2009) defende a posição fenomenológica em Guerreiro Ramos, pois busca o sentido das coisas, de modo a atribuir-lhes significado em sua essência. Sendo assim, considera-se que em seus estudos, Guerreiro Ramos evidencia um indivíduo alienado a alguma estrutura, não conseguindo desalienar-se (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2013). Logo, o indivíduo é ainda considerado um sujeito.

2.2 ABORDAGENS TEÓRICAS E O PAPEL DOS INDIVÍDUOS – SUJEITO, ATOR SOCIAL OU AGENTE

Esse tópico apresenta as principais teorias discutidas no campo de estudos organizacionais, ponderando como o indivíduo é evidenciado em cada abordagem a partir dos conceitos estudados por Burrell e Morgan (1979).

Um dos pontos relevantes no modelo de paradigmas de Burrell e Morgan (1979) está no aspecto natureza humana, em que diferencia entre abordagens teóricas voluntaristas e deterministas. As teorias sob perspectiva voluntarista, no paradigma interpretativista/humanismo radical, trazem o indivíduo no cerne das discussões e buscam tratar sobre a realidade no qual o indivíduo se encontra, proporcionando a ele a capacidade de reflexão (FARIA, 2009), podendo citar como exemplos as teorias críticas e pós modernistas. Por outro lado, teorias mais deterministas deixam o indivíduo como expectador da realidade já posta, muitas vezes sem poder de agência ou com uma agência ainda limitada (BURRELL; MORGAN, 1979), como é o caso a teoria institucional.

A Teoria Contingencial conforme apresentado por Donaldson (1998) e Thompson (1976) fornece um paradigma para análise da estrutura das organizações, em que a ótica de análise está orientada para a adaptação da organização ao ambiente, compreendendo esta adaptação como um processo dinâmico que é tanto administrativamente e ambientalmente inspirado. Tal comportamento é observado pois não há uma estrutura organizacional única que seja altamente efetiva para todas as organizações (DONALDSON, 1998). Assim, alguns dos fatores determinantes para esta adaptação é o tamanho e a incerteza, sendo, portanto, a inovação o principal fator subjacente da contingência. Thompson (1976) propõe em seus estudos que as organizações estão situadas em ambientes complexos e incertos sendo assim, um sistema aberto. Este autor redefine o conceito de organização compreendendo como um conjunto de partes interdependentes que juntas formam o todo e que de alguma maneira influencia e é influenciada por um ambiente maior, em que a previsibilidade e a racionalização (elementos da burocratização) nem sempre são possíveis. Dessa forma, a organização buscará resolver os conflitos buscando uma homeostase no sistema interno, para adequar-se ao sistema externo, sendo a tomada de decisão para Thompson (1976) uma questão fundamental. Portanto, a Teoria Contingencial considera o indivíduo como um ator humano.

Já na Teoria da Ecologia Organizacional ao dar ênfase à coletividade das organizações distancia-se da análise individualista e isolada, sendo assim seu foco o estudo das populações

organizacionais verificando o conjunto de fatores e processos determinados pelo ambiente (BAUM, 1998; HANNAN; FREEMAN, 1997; HREBINIAK; JOYCE, 1985). Assim como a Teoria Contingencial a Teoria da Ecologia Organizacional é classificada como determinista, em que a estrutura tem baixa escolha estratégica e alto determinismo ambiental, configurando-se assim, uma seleção natural para adaptação do ambiente, no qual as organizações se adaptam ao ambiente ou são excluídas, isto é, a sobrevivência da organização no ambiente (BAUM, 1998; HREBINIAK; JOYCE, 1985). Porém, Baum (1998) demonstra a importância de desassociar o determinismo de probabilismo, ainda que a teoria da ecologia organizacional seja determinista, ela considera a influência do indivíduo nas organizações, mesmo que seja com severas restrições às habilidades dos indivíduos nas ações no âmbito organizacional. Os autores Hannan e Freeman (1977) abordam o fenômeno da seleção, baseada na seleção natural darwinista, em que cabe ao ambiente selecionar as organizações mais aptas a sobrevivência. Neste sentido o papel do indivíduo como ator na organização não tem uma alta relevância. Observa-se isto pelos argumentos contraditórios de Baum (1998) e Cunha (1999), o primeiro considera a influência do indivíduo no âmbito da organização e ainda com severas restrições, mas não considera no âmbito primordial da ecologia que é a população.

Dentre as décadas de 40 e 50, a abordagem institucional se inseriu nos estudos organizacionais com o trabalho de Philip Selznick, ao interpretar as organizações como uma representação estrutural do conjunto das ações racionais sujeitas às pressões do ambiente social (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 2001). A teoria institucional propõe a análise e compreensão das relações de interdependência entre a organização e seu ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Essa abordagem se divide entre o velho e o novo institucionalismo, ou melhor, entre a primeira e segunda fase da Teoria Institucional. E os trabalhos desenvolvidos por Meyer e Rowan (1977) e Dimaggio e Powell (1983) são os primeiros passos para o que posteriormente seria considerado como novo institucionalismo (DIMAGGIO; POWELL, 1983). O foco dado a essa fase da abordagem institucional está nos aspectos cognitivos dos atores organizacionais, como intermediários entre as pressões contingentes e as respostas organizacionais, ou seja, organizações como sistema de conhecimento (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004). Nesse sentido, Scott (2008) discorre que os estudos iniciais dessa segunda fase foram tratados como deterministas e que negligenciaram o poder de agência, contudo, os estudos mais recentes preocuparam-se em preencher tais lacunas.

“Informações ambientais são informações a serem processadas” (HALL, 2004, p. 204). Nesse sentido, os aspectos cognitivos são considerados para o processo de tomada de decisões,

considerando o indivíduo responsável por essas decisões. Para tanto Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2010, p. 93) discorrem sobre o poder de agência entendido na nova teoria institucional, tratando-o como a “capacidade de interferir em eventos não necessariamente de modo intencional”, ou seja, o agir depende da capacidade do indivíduo, e não necessariamente da intenção. Logo, entende-se que essa agência ainda é limitada, pois existe demandas estruturais que condicionam essa ação. E, portanto, na teoria institucional o indivíduo é um ator social.

Enquanto na teoria institucional o poder de agência do indivíduo ainda é limitado, pois considera contingências estruturais, na Teoria Crítica há um movimento para desconsiderar a retificação nos discursos que distorce realidades, critica a dominação e o modo como os indivíduos participam da própria subjugação (ALVESSON; DEETZ, 1998).

A Teoria Crítica tem como meta central a busca por uma sociedade de oportunidades iguais com o desenvolvimento de todos, por meio de pesquisas analíticas de situações de domínio e distorção. Existem dois tipos de estudos críticos, sendo crítica ideológica e ação comunicativa. A primeira tem sua origem em Marx, enfocando relacionamentos distorcidos de interesses, coerção, domínio e exploração. Para essa abordagem, quatro temas são escritos na perspectiva crítica, sendo naturalização da ordem social, a universalização dos interesses gerenciais, o domínio pelo instrumental que é pôr fim a hegemonia. O segundo tipo de estudo crítico se trata de uma filosofia sistemática da ação comunicativa, que permite a investigação baseando-se na compreensibilidade, sinceridade, veracidade e legitimidade como critérios de validade, por meio da racionalidade de linguagem e interações humanas (ALVESSON; DEETZ, 1998).

Antonacopoulou (1999) evidencia o poder da crítica como arte do pensamento em suas várias formas ao longo do tempo que contribui para a construção da Teoria Crítica. A crítica pode ser compreendida como uma forma de fazer a diferença, cuja preocupação principal é revelar novas interpretações do que está sendo retratado como forma de acabar com exploração, questionar a racionalidade e mostrar verdades distorcidas. O comum entre as várias formas de crítica é o desafio à linguagem existente, a sabedoria convencional e as visões dominantes, sempre focando nas pessoas (ANTONACOPOLOU, 1999). Para Faria (2009) a teoria apresenta o poder e as formas de controle apoiado no materialismo histórico e método dialético e possui o compromisso com a denúncia da repressão, do controle e da exploração, em prol de uma sociedade igualitária, justa e democrática. Além disso, é vista como radical, pois vai à raiz dos

problemas para identificar contextos de exploração, e relações de poder, buscando incessantemente as contradições sociais (FARIA, 2009).

No seguimento da Teoria crítica que considera o poder de agência dos indivíduos, tem-se as abordagens feministas nos Estudos Organizacionais que apresentam o desejo da mudança da dominação masculina nos arranjos sociais e a discussão a respeito da categorização de gênero ou sexo (CALÁS; SMIRCICH, 1998). Além disso, buscam revelar os excessos de violência do capitalismo e como este impacta nas pessoas, contribuindo para a discriminação de gênero, que coloca a mulher em posição de inferioridade, distinção de raça e de classes, mostrando que os ideais das abordagens feministas ultrapassaram a luta em prol da mulher, preocupando-se, também, com as demais formas de desigualdades e injustiças, deixando evidente a importância do indivíduo na sociedade e organizações (CALÁS; SMIRCICH, 1998).

Segnini (1998) aborda a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, demonstrando crescimentos, porém com muitas desvantagens em relação ao homem, dados pelo atual contexto de desenvolvimento que precariza os trabalhadores e que tem maiores impactos nas mulheres. Neste sentido, Steil (1997) evidencia o fenômeno do teto de vidro como representação simbólica que impossibilita a ascensão da mulher aos postos mais altos da hierarquia organizacional, em função de seu gênero. O conceito Teto de Vidro representa “uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis altos da hierarquia organizacional” (STEIL, 1997, p. 62). Steil (1997) trata as relações de diferenciação das mulheres perante os homens na vida organizacional para aumentar a compreensão do fenômeno do teto de vidro nas organizações. Diante disto, surgem os conflitos entre gêneros nas organizações e são acobertados ou escondidos nas entrelinhas das ações das pessoas, sendo que “a supressão desses conflitos é fácil de negar, difícil de detectar e ainda mais difícil de estudar” (STEIL, 1997, p. 63).

Alvesson e Billing (1992) argumentam sobre o preconceito de gênero, que variam conforme o aspecto cultural e do simbolismo de gênero no ambiente organizacional, de modo que masculino e feminino sejam produtos da economia capitalista e o sexo se torne uma característica importante e significativa nas organizações, que estão inseridas na subjetividade das pessoas.

No paradigma Social Dominante do ambientalismo - conhecido como o “homem de palha”, homem facilmente dominado - apresentado por Egri e Pinfield (1998) e a Economia de Fronteiras mencionado por Carrieri (2000) são vistos de forma similares, pois trata a natureza como uma fonte de recursos infinitos, explorando-a e utilizando recursos tecnológicos para a

dominação do ambiente. Destituindo-se, assim, os espaços ocupados pelas comunidades locais, os camponeses, pequenos agricultores e os indígenas (BANERJEE, 1999). Contrapondo esses dois paradigmas, o paradigma da Ecologia Profunda tem como premissa fundamental que “a natureza deve ser deixada inalterada, ao menos e até que a interferência seja constatada como obrigatoriamente necessária” (CARRIERI, 2000, p. 482). Assim, segundo Egri e Pinfield (1998) somente o ambientalismo renovado oferece uma perspectiva viável de longo prazo em bio ambientes, representando uma modificação de valores antropocêntricos, incluindo valores biocêntricos, na medida que existe desenvolvimento sustentável.

Carrieri (2000) menciona que não há um consenso na definição do termo “desenvolvimento sustentável” e mesmo quando definido, há controvérsias e ambiguidades, isto é, o desenvolvimento sustentável serve de máscara para diversos interesses. Banerjee (1999) complementa que os agricultores, camponeses e os indígenas do Terceiro Mundo sofreram o impacto do desenvolvimento, pois eles foram classificados como vivendo em uma economia de “subsistência” e precisavam “desenvolver” a fim de alcançar padrões “aceitáveis” de vida, assim, a estratégia de desenvolvimento no Terceiro Mundo produziu o subdesenvolvimento e a exploração. A noção de desenvolvimento sustentável foi concebida em meio de lutas de políticas governamentais de industrialização e modernização, ONGs, instituições internacionais, Nações Unidas (exemplo: Eco – Rio 92) e constituiu um sistema unitário resultando na colonização e dominação de ecologias naturais e humanas (BANERJEE, 1999).

Portanto, a questão chave do tema desenvolvimento sustentável, diante de um olhar detalhado e crítico, não é a preservação da natureza ou a manutenção da mesma, e sim a exploração da natureza e das comunidades locais, sob a ótica da dependência da tecnologia, que o uso da tecnologia deve ser apropriado em qualquer circunstância (BANERJEE, 1999). Diante disto, Carrieri (2000) enfatiza a importância da teoria das organizações com as abordagens alternativas, que passaram a questionar o predomínio da organização como ente supremo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa sessão, resgatamos os conceitos e argumentos das teorias dos estudos organizacionais para refletir o modo de pensar a interação entre indivíduo e natureza, como o indivíduo é considerado no ambiente perante as teorias. As diversas teorias vistas nos estudos

organizacionais evidenciam, em sua maioria, cenários que buscam controle e estabilidade organizacional.

Na maioria dos discursos que buscam o controle, vê-se a atribuição de uma força subjetiva a um processo social, como por exemplo, a coerção tratada por Durkheim. Deste modo, é retirada do indivíduo a capacidade de reflexão sobre as circunstâncias no qual ele se encontra, possibilitando sua exploração e eximindo sua capacidade de mudança. Neste cenário, resta ao indivíduo apenas aceitação da realidade como é dada, determinando suas ações e sua compreensão sobre a realidade, assim como é tratado na abordagem ambientalista cujo indivíduo é considerado “homem de palha” - facilmente dominado.

Dentre as teorias apresentadas, a Contingencial evidencia a inclusão do sistema aberto e o conceito de estrutura em que as organizações buscam se adaptar ao ambiente. Nesta abordagem, o indivíduo é considerado ator humano, porém não possui poder de agência para mudar a estrutura na qual ele está inserido. A Ecologia Organizacional também trata de uma estrutura, porém diferentemente da contingencial, nesta abordagem as organizações disputam por recursos e conseqüentemente por sua própria sobrevivência, denotando um forte aspecto de exploração do ambiente pelas organizações. Contudo, para as organizações adquirirem esses recursos e ter uma boa relação entre os *stakeholders* e a sociedade, ela precisa da legitimação dos *players*, visto aqui a contribuição da Teoria Institucional.

Ao apresentar as inter-relações estruturais e estudar o funcionamento das organizações, as abordagens institucionais são consideradas funcionalistas, que emergiu de um debate entre teorias deterministas de adaptação e seleção, como a contingencial e ecológica e, voluntaristas que permite abordagens mais distantes do extremo determinismo (CALDAS E FACHIN, 2005). Logo, considera-se que o poder de agência proposto nessa abordagem teórica é ainda uma agência limitada às contingências do ambiente, não podendo agir de maneira emancipada.

Até o momento, a supremacia das organizações determinava - e ainda determina - o ambiente, leia-se a natureza humana como determinista, porém, a Teoria Crítica tem um propósito de subverter essa análise, de questionar os fatos impostos e a maneira atual da estrutura, proporcionando a possibilidade de emancipação das pessoas. Neste cenário, nota-se que tanto a teoria crítica quanto as abordagens feministas buscam proporcionar ao indivíduo a capacidade de reflexão, a identificação de discursos distorcidos e manifestações ocultas de poder para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, por meio de mudanças no modo de ser, pensar e agir.

Assim, quando em análise a abordagem ambientalista, a Teoria crítica proporciona a possibilidade de reflexão sobre a dependência da tecnologia para resolver todos os problemas, além de identificação de possíveis discursos distorcidos de modo que a preservação e preocupação como ambiente possa ser somente uma prática que tem o intuito de legitimar as organizações sem a real preocupação com as classes marginalizadas e excluídas nesse processo de expansão para a dominação do ambiente/natureza. São estas análises críticas a respeito das reais intenções daqueles que detém poder sob o indivíduo, que a Teoria Crítica busca resgatar.

A lente teórica para este estudo é crítica, e limita-se a expor o papel do ser humano nas teorias dos estudos organizacionais com intuito de esclarecer o papel desprivilegiado no qual o indivíduo se encontra frente a teorias deterministas. Porém, conforme Antonacopoulou (1999) apenas criticar não possibilita mudanças, portanto, sugere-se para estudos futuros propostas de solução para o cenário exposto por meio de estudos empíricos, que também são escassos por essa lente teórica (ALVESSON; DEETZ, 1998).

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós - Modernas para Estudos Organizacionais. In: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

ALVESSON, M.; BILLING, Y.D. Gender and organizations: Towards a Differentiated Understanding. **Organizational Studies**, 13/18, p. 73-102, 1992.

ANTONACOPOULOU, E. P. The power of critique: revisiting critical theory at the end of the century. In: Gilson, C. H. J.; Grugulis, I.; Willmot, H. **Paper presented at Critical Management Studies Conference**, Manchester, UK July, p. 14-16, 1999.

BANERJEE, S. B. Sustainable development and the reinvention of nature. In: **Critical Management Studies Conference Proceedings**. Manchester, UK, July, p. 14-16, 1999.

BAUM, J. A. C. Ecologia Organizacional in: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo, Atlas, 1998.

BERTERO, Carlos Osmar; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 81-90, 1994.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. **RAC**, v. 3, n. 1, p. 147-178, jan/abr 1999.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organisational analysis. London: **Heinemann Educational Books**. 1979.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 01-15, July 2004.

CALÁS, M. B.; SMIRCHICH, L. Do ponto de vista da mulher: Abordagens feministas em estudos organizacionais. In: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

CALDAS, M. P.; FACHIN, R. **Paradigma Funcionalista**: Desenvolvimento de Teorias e Institucionalismo nos anos 1980 e 1990. ERA, vol. 45, n. 2, Abr. a Jun. 2005.

CARVALHO, C. A. P., VIEIRA, M. F. V., LOPES, F. The structuring of the organizational field of theaters and museums in the south of Brazil. In: **European Group for Organization Studies Colloquium**. EGOS. Anais...Lyon, France, 2001.

CARRIERI, A. P. Organizações e meio ambiente: mudança cultural. In: Rodrigues, S. B.; Cunha, M. P. (orgs), **Estudos Organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu. p. 477-500, 2000.

CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao Pensamento Sociológico. In: CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. **Sociologia: Durkheim, Weber, Marx, Parsons**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, p. 37-96, 1985.

CAVALCANTE, Ricardo Caribe. Os Estudos organizacionais e a sua contribuição para a comunicação de organizações. **Anais do I Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas** – Abrapcorp, mai. 2007.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. **A Sociologia de Max Weber**. Tradução de Cláudio José do Valle Miranda. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

CRUBELLATE, J. M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A. A. A Questão Institucional e suas Implicações para o Pensamento Estratégico. **RAC - Revista Administração Contemporânea**, n. Especial, p. 37-60, 2004.

CUNHA, M. P. Ecologia organizacional: implicações para a gestão e algumas pistas para a superação de seu caráter anti-management. **Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 4, p. 21-28, 1999.

DE MATTOS, P. L. C. L. Poderia a Administração ser uma “ciência” específica? **Palestra no 1º Simpósio de Pós-Graduação em Administração PPA-UEM**, Maringá, 20 de nov, 2015.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: Onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações. **O&S**, v. 7, n. 19. Set/Dez. 2000.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. **The iron cage revisited**: institutional isomorphism and collective rationality organization fields. *American Sociological Review*, 1983, v. 48 (April: 147-160).

DONALDSON, L. Teoria da Contingência Estrutural in: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. In: **Émile Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FACHIN, Roberto; RODRIGUES, Suzana Braga. Nota técnica: Teorizando sobre Organizações – Vaidades ou Pontos de Vista? In: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

FARIA, José Henrique de. Consciência crítica com Ciência Idealista: paradoxos da redução sociológica na Fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, Rio de Janeiro, Set. 2009.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Modelos de homem e teoria administrativa. **Rev. Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.

HALL, Richard H. O conceito de burocracia: uma contribuição empírica. In: CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. The population ecology of organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.

HREBINIAK, L.; JOYCE, W. F. Organizational adaptation: strategic choice and environmental determinism. *Administrative Science Quarterly*. v. 30, p. 336-349, 1985.

LEAL, Raimundo S.. As dimensões da racionalidade e os estudos organizacionais: a mediação entre a modernidade e a pós-modernidade. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 9, n. 25, p. 77-91, Dec. 2002.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. da; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. spe, p. 77-107, 2010.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Abordagem Crítica nos Estudos Organizacionais: Concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4. Rio de Janeiro, Dez. 2013.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



PAES DE PAULA, Ana Paula. Guerreiro Ramos: Resgatando o Pensamento de um Sociólogo Crítico das Organizações. **Organizações & Sociedade**, v.14, n. 40, Jan.-Mar. - 2007.

PAES DE PAULA, A.P. Para além dos paradgmas nos Estudos Organizacionais: o Císculo das Matrizes Epistemicas. **Cad.EBAPE.BR**, v. 14, nº 1, Artigo 2. Rio de Janeiro, Jan/Mar. 2016.

REED, M. Teorização Organizacional: Um Campo Historicamente Contestado in: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

RODRIGUES, S. B. **Organization studies: anglosaxon knowledge in Brazil**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SCOTT, W. Approaching adulthood: the maturing of institutional theory. **Theory and Society**, v. 37 (5), p. 427-442, 2008.

SEGNINI, L. R. P.; Nota técnica: Do ponto de vista do Brasil: Estudos Organizacionais e a questão do feminismo. In: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord, W. (orgs), **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. 4.ed. Itajaí: Univali, 2002.

SERVA, M. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 4. Rio de Janeira, Out/Dez, 2017.

SERVA, M.; CAITANO, D.; SANTOS, L.; SIQUEIRA, G. A análise da racionalidade nas organizações - um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil, **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 3. Rio de Janeiro, Jul/Set. 2015.

SERVA, Mauricio. O fato organizacional como fato social total. *Revista de Administração Pública*, **Rio de Janeiro**, v. 35, n. 3, p. 131-152, Maio/Junho 2001.

SIQUEIRA, G. M. V. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 4. Rio de Janeira, Out/Dez. 2007.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: Uma proposta teórico-metodológica. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1. Rio de Janeiro, Mar. 2012.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1997.

SWEDBERG, R.. Maz Weber's Manifest in economic sociology. *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie / Europäisches Archiv für Soziologie*, Vol. 39, No. 2, **Présences de l'au-delà**, pp. 379-398, 1998.

THIOLLENT, Michel. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **RBE0 – Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, Curitiba, 2014.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 897-918, Aug. 2009.

THOMPSON, J. **Dinâmica organizacional**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

WEBER, Max. **Economy and Society. Basic Sociological Terms** (org. Guenther Roth e Claus Wittich). Berkeley, University of California Press, 1978.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Pioneira, 1989.